



# O debate da cultura na formação em Serviço Social nas universidades públicas em Minas Gerais

The debate on culture in Social Work training at public universities in Minas Gerais

Fernanda Correa Almeida Rodrigues Penido\*  

Leonardo Nogueira\*\*  

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar o tema da cultura na formação profissional em Serviço Social nas universidades públicas de Minas Gerais. A investigação se deu a partir do uso de distintas metodologias de pesquisa, a saber, pesquisa bibliográfica, estado da arte da produção sobre cultura em periódicos previamente selecionadas no período de 2013 a 2023, e pesquisa documental nos projetos pedagógicos de instituições de ensino públicas mineiras. O artigo apresenta duas seções, a primeira destinada ao estudo da dimensão cultural na formação social brasileira e a segunda detalha os achados da pesquisa sobre o modo como o tema da cultura é tratado nos cursos de graduação em Serviço Social em Minas Gerais. Por fim, as considerações finais indicam que a cultura não foi devidamente incorporada à formação profissional após a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, evidenciando o parco tratamento da temática nos cursos de graduação e na produção do conhecimento na referida área.

**Palavras-chave:** Cultura; Serviço Social; Minas Gerais; Formação profissional; Formação cultural brasileira.

**Abstract:** This article aims to analyze the theme of culture in professional training in Social Work at public universities in Minas Gerais. The investigation was conducted using different research methodologies, namely, bibliographic research, a state-of-the-art review of production on culture in previously selected journals from 2013 to 2023, and documentary research on the pedagogical projects of public educational institutions in Minas Gerais. The article is structured in two sections: the first specifically focused on the study of the cultural dimension in Brazilian social formation, and the second detailing the research results on how the theme of culture is addressed in undergraduate Social Work courses in Minas Gerais. Finally, the concluding remarks indicate that culture has not been adequately incorporated into professional training after the implementation of the ABEPSS Curriculum Guidelines of 1996, highlighting the treatment of the theme in undergraduate courses and in the production of knowledge in this area.

**Keywords:** Culture; Social Work; Minas Gerais; Professional qualification; Brazilian cultural qualification.

\* Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: fernanda.penido@aluno.ufop.edu.br

\*\* Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: leonardonogueira@ufop.edu.br

## Introdução

O presente artigo é fruto do projeto de Iniciação Científica intitulado "Cultura e formação profissional em Serviço Social", que foi desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ele surge a partir da necessidade de compreender o papel que a cultura desempenha tanto na formação quanto na prática do assistente social. O artigo examina a forma como as universidades públicas mineiras têm inserido o debate sobre a cultura em seus currículos, bem como as implicações dessa abordagem na produção acadêmica na área. A relevância do tema está diretamente relacionada à compreensão de que o Serviço Social, sendo uma profissão que intervém em realidades marcadas pelas múltiplas expressões da questão social, necessita apreender o modo como a dimensão cultural atravessa sua prática profissional e a realidade social.

A metodologia utilizada no presente trabalho debruçou-se sobre uma perspectiva crítico-dialética de investigação, orientada pela compreensão de que o conhecimento do objeto exige a apreensão de seu movimento real para além da aparência imediata, conforme indica Netto (2011). Para tanto, articularam-se três procedimentos metodológicos principais: a pesquisa bibliográfica, o estado da arte e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi concebida como um processo teórico-prático fundamentado em procedimentos que permitiram aproximações com a realidade investigada, a saber dos sucessivos encontros do grupo de pesquisa "Trem da História", para debater temas relacionados à formação social brasileira. Complementarmente, a técnica de estado da arte possibilitou o levantamento, a organização e a análise da produção acadêmica sobre a temática da cultura no âmbito do Serviço Social, destacando alguns periódicos com incidência nacional e estadual, permitindo a identificação das abordagens predominantes e das lacunas existentes no campo. Por fim, a pesquisa documental concentrou-se na análise de documentos oficiais e projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades públicas mineiras, entendidos como fontes primárias fundamentais para a compreensão da formação profissional. A articulação dessas metodologias assegurou rigor teórico e metodológico à análise desenvolvida, possibilitando uma abordagem crítica e sistemática do objeto de estudo.

No âmbito deste trabalho, a cultura é compreendida como dimensão constitutiva da vida social, materializada nas práticas cotidianas, nas formas de sociabilidade, nos valores e em seu percurso histórico. Ela integra o processo de organização da experiência coletiva, incidindo diretamente sobre os modos de vida, as relações de poder e as estratégias de resistência construídas pelos sujeitos sociais. Assim, a apreensão da cultura de maneira isolada das outras

dimensões da vida social (economia e política) não é possível (Williams, 1979) visto que sua análise requer a consideração das relações produtivas e sociais que sustentam a formação social e se estabelecem em um determinado momento histórico (Bezerra, 2006).

Quanto à inserção da temática na formação profissional em Serviço Social, observa-se que a ABEPSS (1996) recomenda o estudo da temática como elemento indissociável da formação. Bezerra e Bruziguessi (2019) chamam a atenção para a necessidade de se aprofundar o debate cultural no Serviço Social, considerando sua particularidade na formação social brasileira, não apenas no campo das elaborações teóricas, mas também no que se refere aos fundamentos da profissão.

Diante desse panorama, o presente artigo visa contribuir para o aprofundamento do debate acerca da inserção da dimensão cultural na formação de assistentes sociais. Ao examinar como a cultura tem sido abordada nos currículos e as implicações dessa abordagem na produção acadêmica e nas práticas profissionais, esta pesquisa evidencia a necessidade de uma integração mais efetiva da cultura como elemento constitutivo e necessário à formação em Serviço Social, reforçando a importância de uma análise cultural crítica, a fim de que os profissionais formados na área sejam capazes de intervir de maneira qualificada e contextualizada nas diversas expressões da questão social.

### **A cultura na formação social do Brasil**

Compreender a cultura a partir da ótica marxista exige uma análise que integre, de maneira coerente, os aspectos materiais e sociais que estruturam e transformam a sociedade. Conforme Teixeira (2019) o método, na teoria social de Marx, é baseado na compreensão da realidade em sua totalidade dinâmica, histórica e contraditória, logo toda e qualquer investigação deve partir do real para o concreto pensado<sup>1</sup>, da aparência para a essência, de modo a compreender que a teoria resultante traduz a particularidade da realidade objetiva. Assim, a cultura emerge dessas relações materiais e historicamente constituídas, sendo moldada pela maneira como o trabalho<sup>2</sup>, enquanto categoria central, organiza a vida dos indivíduos e da

---

<sup>1</sup> De acordo com Marx (1986), o método de ascender do abstrato ao concreto é um processo mental pelo qual o pensamento sistematiza e reconstrói a realidade concreta. Esse procedimento permite que o pensamento não apenas compreenda, mas também recrie a complexidade do real em sua forma conceitual, ou seja, como um concreto pensado.

<sup>2</sup> Cabe sinalizar que a resignificação do trabalho, quando inserido no modo de produção capitalista, altera toda sua concepção enquanto categoria do ser social. Nesse contexto, o trabalhador não se reconhece e nem se identifica no produto do seu trabalho visto que ele se transforma em mercadoria de modo a gerar certo estranhamento. Assim, o trabalho deixa de ser apenas um pôr teleológico e passa a ser uma atividade de exploração subordinada ao lucro.

sociedade. O trabalho, entendido como a atividade humana fundamental, não apenas transforma a natureza, mas também define as relações sociais e, conseqüentemente, reverbera na cultura.

Como aponta Netto e Braz (2006), o “modo de ser dos homens e da sociedade” está fortemente ligado à forma como o trabalho se estrutura. A categoria trabalho, portanto, vai além da interação física entre o ser humano e a natureza; envolvendo as variadas relações sociais que definem as estruturas de poder, dominação e resistência. O trabalho, nesse sentido, não só satisfaz necessidades imediatas como, por exemplo, a sobrevivência material, mas também necessidades mediatas, como a construção de valores, tradições e práticas culturais. É a partir dessa interação dialética entre o trabalho e as relações sociais que a cultura se forma, como uma síntese das condições objetivas e subjetivas de existência. Bezerra (2006) destaca que a cultura é um desdobramento do trabalho capaz de refletir como as pessoas produzem, reproduzem e transformam suas condições de vida, sendo uma esfera constitutiva do ser social e da vida social.<sup>3</sup>

Assim, é certo dizer que a manifestação cultural não ocorre no vácuo, ela está enraizada na realidade objetiva das condições de produção e reprodução da vida social. Essa realidade, para que seja melhor compreendida, exige que a ideia de sociedade civil, enquanto espaço onde se travam disputas ideológicas e políticas, seja delineada. Segundo Coutinho (2011), a sociedade civil emerge como um espaço onde se formam ideologias, práticas culturais e opinião pública, com diferentes grupos sociais disputando o direcionamento da sociedade e a influência nas instituições do Estado Ampliado<sup>4</sup>. Nesse cenário, se faz presente uma certa autonomia das organizações da sociedade civil, em relação ao Estado, que propicia uma nova dinâmica na organização da cultura (Coutinho, 2011), transformando-a em um campo de batalha que disputa a hegemonia política e ideológica. É importante enunciar que a organização da cultura consiste em um “sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo” (Coutinho,

<sup>3</sup> Também é importante observar que no contexto capitalista, o trabalho ultrapassa seu papel na produção de valores de uso, visando atender necessidades individuais e sociais previamente planejadas, assumindo um valor de troca, indispensável à produção de excedente e à reprodução do capital. Quando essa nova concepção de trabalho atinge centralidade nas relações sociais ocorrem impactos drásticos traduzidos na ocorrência crescente de fenômenos como individualização, fetichização, estranhamento, alienação e exploração, que fragilizam e tornam superficial as interações sociais.

<sup>4</sup> A noção de Estado Ampliado compreende o Estado como uma realidade duplo-dimensional, resultante da articulação entre sociedade política e sociedade civil (Coutinho, 1992). A sociedade política corresponde ao conjunto de aparelhos estatais responsáveis pelo exercício direto da dominação, isto é, pelas funções jurídico-administrativa e coercitivas (ex.: governo, forças armadas, sistema jurídico, aparato policial e etc.), que garantem a manutenção da ordem e a aplicação das leis. Já a sociedade civil é composta pelo conjunto de organismos responsáveis pela produção e difusão de consensos, como escolas, igrejas, meios de comunicação, partidos, sindicatos e associações diversas. Nessa dimensão, a dominação se realiza predominantemente pela direção moral e intelectual, isto é, pela construção da hegemonia.

2011, p. 17). Assim, pode-se dizer que o sistema de organização da cultura é atravessado pela luta de distintas camadas sociais, fundamentada por batalhas de ideias que destacam a cultura como um espaço de disputa, a qual não pode existir, de maneira autônoma e pluralista, sem uma extensa rede de organismos culturais (Coutinho, 2011).

Diante dessas considerações acerca da compreensão de cultura, toma-se como referência para o debate os estudos sobre aspectos particulares da formação cultural brasileira marcada pelo encontro e pelo confronto entre diferentes matrizes étnicas e culturais. Ribeiro (2015) propõe uma abordagem que destaca o impacto do cruzamento entre as matrizes indígenas, africanas e portuguesas na constituição do povo brasileiro, resultando em uma cultura particular ante a formação cultural de cada uma delas:

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (Ribeiro 1970), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam (Ribeiro, 2015, p. 10).

Contudo, esse processo não foi isento de violência e dominação. Sodré (1980) enfatiza que a aculturação<sup>5</sup> forçada, operada durante o período colonial, submeteu as populações indígenas e africanas aos valores culturais europeus, com o objetivo de suprimir suas tradições e identidades. Isso é retratado por Gruzinski (2001) ao afirmar que as mestiçagens, responsáveis pela formação do “povo novo” (Ribeiro, 2015), se consolidaram a partir de dois marcos ocorridos na América Latina durante o século XV, sendo o primeiro o “choque da conquista”, referente à invasão portuguesa, e o segundo a ocidentalização, que diz respeito a transplantação cultural (Sodré, 1980).

Nesse sentido, o processo de gestação étnica do povo brasileiro, conforme descrito por Ribeiro (2015), foi inicialmente caracterizado pelas práticas do chamado “cunhadismo”. Os europeus, ao se integrarem às comunidades indígenas por meio de casamentos forçados com mulheres locais, usavam a tradição indígena, que conferia a eles o status de membros das tribos após o casamento, para se apropriar das terras e recrutar mão de obra. Neste quadro, opera-se o

---

<sup>5</sup> A aculturação se fundamentou a partir da “transplantação” de elementos que eram convenientes aos organismos metropolitanos portugueses, no organismo colonial (Sodré, 1961). É importante ressaltar que segundo Gruzinski (2001), as mestiçagens não podem ser reduzidas a um fenômeno cultural sem que seja considerado seus laços com a conquista e a ocidentalização, e evidenciado a natureza desses laços. “Se nem todas as mestiçagens nascem necessariamente de uma de uma Conquista, as desencadeadas pela expansão colonial na América iniciam-se invariavelmente sobre os escombros de uma derrota” (Gruzinski, 2001, p. 64).

que Ribeiro (2015) denominou como “desindianização”, uma tentativa de erradicação, marginalização da identidade indígena podendo resultar em perda cultural, escravização, guerras de extermínio, enfermidades, entre outras formas de violência.

No contexto da invasão colonial, se pode afirmar que o chamado processo de transplantação da cultura da metrópole portuguesa para o Brasil (Sodré, 1980) ocorreu, também, na esteira do que Ribeiro (2015) caracterizou como “deculturação” dos povos nativos e subjugados. Essa dinâmica teve como objetivo a imposição de uma cultura dominante, exterminando modos de vida, idiomas, territórios e povos. Portanto, a formação do povo brasileiro, e suas características sócio-históricas “novas”, ocorreu de modo complexo, envolvendo o apagamento de tradições culturais dos povos subjugados pelo colonizador, ao passo que também expressou um profundo processo de reelaboração da cultura, dado que o resultado deste processo não se deu de modo meramente refletido da matriz cultural lusitana.

Quanto ao papel decisivo de negros e negras escravizados no Brasil na constituição da cultura nacional, Ribeiro (2015, p. 100) ressalta que

[...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional. Nela se viu incorporado à força. Ajudou a construí-la e, nesse esforço, se desfez, mas, ao fim, só nela sabia viver, em razão de sua total desafricanização. A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia nos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou, começando a sair da condição de bem semovente, mero animal ou força energética para o trabalho. Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua difusão por todo o território, uma vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, o tupi-guarani.

Prado Jr. (2011) argumenta que o verdadeiro *sentido* da colonização era econômico, voltado para a extração de riquezas e para o comércio internacional, o que moldou toda a estrutura social e econômica do Brasil colonial. O processo de colonização, como observa Prado Jr. (2011, p. 16), foi fundamental para consolidar um “conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”. Nesse sentido, a integração subordinada do Brasil à economia mundial foi exercida dentro de uma estrutura social marcada pela relação de dependência. A formação de uma economia atada ao trio monocultura-escravismo-latifúndio (Prado Jr., 2011; Moura, 2014) não apenas atendeu aos interesses dos mercados europeus, mas também consolidou um modelo de desenvolvimento que perpetuou a subordinação do Brasil no sistema capitalista global. Assim, o colonialismo brasileiro pode ser compreendido como um processo que colaborou com o desenvolvimento da acumulação primitiva de capital europeia, visto que

a “descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização [...] a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista” (Marx, 1996, p. 370).

Gorender (2016), por sua vez, analisou esse período e concluiu que se constituiu no Brasil um modo de produção escravista colonial. Este sistema, diferente do escravismo clássico ou do feudalismo europeu, adaptou-se às necessidades do colonialismo e à lógica mercantilista, consolidando um regime de exploração que integrava o Brasil ao circuito global de acumulação de capital. A escravização, inicialmente da força de trabalho indígena e, posteriormente, africana foi a base desse modelo econômico, que se sustentava na exploração intensiva e extensiva dos recursos naturais e na subordinação completa das populações locais aos interesses mercantis dos colonizadores.

Para uma compreensão mais particular desse contexto colonial, o cenário de Minas Gerais se torna um referencial significativo, em especial neste trabalho que aborda a formação profissional de assistentes sociais neste estado. De acordo com Paula (2020), Minas Gerais podia ser vista como uma síntese do que ocorria no Brasil, ao mesmo tempo que era referência para as inovações que surgiam na época. Um exemplo disso é o processo de descoberta do ouro na região, no final do século XVII, que gerou profundas implicações econômicas, sociais e políticas tanto para Minas quanto para a Metrópole Portuguesa.

Esse processo, devido à facilidade de acesso ao chamado ouro de aluvião, encontrado nos rios, atraiu um crescente número de pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo para ocupação do território mineiro. Com uma maior circulação na região, e a migração na área, o processo de urbanização emerge, acompanhado da diversificação econômica que incluía a expansão da agropecuária, atividades manufatureiras e de serviços, além da própria mineração (Paula, 2020). No século XVIII, a produção de ouro em Minas Gerais superou toda a produção mundial anterior, dinamizando a economia europeia durante a Revolução Industrial (Paula, 2020). Esses movimentos, ao acompanharem o crescimento da região, possibilitaram a permanência de distintos grupos, e conseqüentemente, promoveram uma interação cultural que contribuiu para a formação de uma identidade própria e única. Noutros termos, “Minas Gerais, no período colonial, constituiu-se em um sistema cultural, isto é, uma estrutura tripartite composta por produtores de bens simbólicos, consumidores desses bens e veículos que permitem a circulação desses bens” (Cândido, 1964 *apud* Paula, 2020, p. 75).

A cultura que floresceu em Minas Gerais durante o século XVIII foi marcada por uma intensa produção artística e literária. Em um contexto de economia dinâmica e diversificada, onde a urbanização avançava e a diversidade do trabalho se ampliava, um sistema cultural

substancial emergiu. Consoante a Paula (2020), esse sistema não se limitava aos grandes nomes da época, mas incluía uma vasta rede de artistas anônimos que, embora menos reconhecidos, desempenharam papéis essenciais na formação e circulação dos bens culturais. Esse ambiente criativo deu origem a obras de notável alcance, posicionando Minas Gerais como um polo cultural de relevância dentro do cenário colonial, como pode ser constatado no âmbito da arquitetura, da pintura, escultura, música e das letras, influenciadas pelo que se pode denominar de barroco mineiro.

Neste exercício de argumentação aqui proposto, é certo dizer que a colonização não se limitou ao povoamento ou à exploração econômica das terras invadidas; ela envolveu um projeto de dominação cultural e ideológica que buscou anular as identidades dos povos originários e africanos para consolidar o controle sobre eles. A adaptação forçada dos escravizados aos valores e às práticas do sistema escravista criou zonas de estabilidade relativa, mas também alimentou processos de resistência cultural. Essa submissão cultural era extremamente violenta, onde os portugueses ocupavam a terra e subjogavam os habitantes, impedindo o desenvolvimento autônomo dessas culturas a partir de ferramentas de dominação das quais não era possível os escravizados superarem (Moura, 2014).

Dessa forma, a imposição dos valores portugueses sobre a população escravizada resultava na submissão às normas dos colonizadores e na supressão de suas próprias tradições culturais, onde muitos aspectos da cultura indígena e africana eram proibidos, desde línguas nativas até rituais religiosos. Esse processo refletia as tentativas de erradicação das identidades culturais dos escravizados que tinham o intuito de desumanizá-los e facilitar seu controle. Contudo, a despeito de toda violência e arbítrio, os povos indígenas e africanos conseguiram preservar e ressignificar muitos de seus elementos culturais. Ribeiro (2015) aponta que, mesmo sob intensa pressão assimilacionista, as populações subjogadas mantiveram vivas suas tradições, adaptando-as e recriando-as em novos contextos. A cultura, nesse sentido, se revela como uma esfera dinâmica e transformadora, capaz de resistir à tentativa de apagamento e de emergir de formas reinventadas. Essa capacidade de reinvenção é uma característica central da cultura, que, ao mesmo tempo em que expressa as condições materiais de existência, também carrega a potencialidade de subverter e transformar essas condições.

Além dos elementos aqui trabalhados, também é possível acrescentar que as especificidades da colonização portuguesa no Brasil foram imprescindíveis ao desenvolvimento e a consolidação capitalista na Europa. Quanto à realidade brasileira, Fernandes (2020) argumenta que a dependência econômica e a ausência de uma ruptura com o estatuto colonial moldaram uma sociedade brasileira marcada pela exclusão social e pela ausência de projetos

nacionais autônomos, de modo a reafirmar a situação de dependência e constituir uma sociedade desigual definida por uma “particularidade” que caracteriza o país como um lugar heteronômico, sem desenvolvimento de projetos de Nação e contra a emergência de agências portadoras de interesses coletivos na sociedade civil (Netto, 2005).<sup>6</sup>

Nesta direção, deve-se considerar que a dependência econômica enfrentada pelo Brasil é amplamente atribuída à sua incorporação subordinada ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas hegemônicas. Fernandes (1973) acrescenta que essa situação era decorrente da incapacidade estrutural dos países latino-americanos em resistir a esse processo de subordinação, decorrente do atraso<sup>7</sup> histórico enfrentado pela região em relação aos países de capitalismo central. O ritmo acelerado de transformações, provenientes desse modo de produção, supera as potencialidades de desenvolvimento das nações latino-americanas (Fernandes, 1973). Esse descompasso, entre as dinâmicas do capitalismo global e as condições históricas desses países, refletia na condição de dependência.

Portanto, “as alterações políticas condicionaram a reorganização da sociedade e da economia, inserindo as estruturas econômicas coloniais dentro de um mercado interno” (Fernandes, 2020, p. 115). O amadurecimento da sociedade capitalista provocou a emergência de novos parâmetros no âmbito da cultura. No campo das artes, por exemplo, ocorre uma prevalência dos produtos artísticos como expressão exclusiva do entretenimento e do lazer (Scherer, 2016). A indústria cultural, controlada pelos interesses do capitalismo, desempenha um papel crucial nesse processo, promovendo uma simplificação e mercantilização das expressões culturais que, a serviço do mercado capitalista, oblitera sua relevância como importante expressão da vida humana.

Os marcos teóricos sinalizados até aqui proporcionam uma apreensão introdutória das particularidades que envolvem a formação social do Brasil no campo da cultura, um verdadeiro solo fértil para compreensão da realidade brasileira e dos desafios que atravessam a formação e o trabalho de assistentes sociais. Isto posto, acredita-se que é possível adentrar nos achados da pesquisa no que tange à temática da cultura na formação de assistentes sociais. Trata-se de uma área com inúmeras possibilidades de investigação, reflexão e práxis na direção do fortalecimento do Serviço Social brasileiro.

---

<sup>6</sup> Nas palavras de Fernandes (2020, p. 111), “embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro, a economia brasileira produzia para fora e consumia para fora”.

<sup>7</sup> Um exemplo concreto desse atraso pode ser observado na infraestrutura e no desenvolvimento tecnológico das demais regiões. Enquanto países europeus desfrutavam de extensas redes ferroviárias e avanços tecnológicos, no século XIX, o Brasil e outros países latino-americanos enfrentavam sérias limitações nesses aspectos até o século XX. Essa defasagem estrutural dificultou os esforços desses países em industrializar e modernizar suas economias, de modo a conservar sua dependência em relação aos países de capitalismo central.

## Cultura e formação em Serviço Social

A cultura configura-se a partir de múltiplas determinações que caracterizam distintos grupos, sociabilidades, modos de vida e expressões sociais. Nesse sentido, ela desenvolve a capacidade de fazer com que as pessoas enxerguem umas às outras, enquanto indivíduos inseridos em uma totalidade, e comuniquem-se através de suas diferenças, de modo a compor uma categoria plural, que revela a diversidade. A cultura, portanto, é um fenômeno inacabado, em constante movimento e elaboração, em consonância com a própria dinâmica da realidade histórica-social.

Essa compreensão do caráter dinâmico e historicamente situado da cultura preside e inspira o tratamento da relação entre o Serviço Social e a cultura. Tendo em vista a necessidade de compreender a maneira como essa temática está presente na formação profissional em Serviço Social, foi necessário lançar mão de metodologias variadas, observando a diversidade de fontes acessadas na fase da pesquisa exploratória. Valendo-se da pesquisa bibliográfica, do estado da arte e da pesquisa documental nos Projetos Político Pedagógicos de instituições de ensino públicas de Minas Gerais, foi possível evidenciar alguns traços do modo como o tema da cultura compareceu na formação profissional.

O primeiro elemento apresentado neste artigo se refere aos achados na investigação sobre o panorama da produção acadêmica do Serviço Social sobre cultura. Para isso, foram selecionadas quatro revistas, sendo duas de referência e notabilidade nacional (Serviço Social e Sociedade e Temporalis) e duas revistas de relevância destacada para a profissão em Minas Gerais (Libertas e Serviço Social em Perspectiva). As buscas foram realizadas nos sites das próprias revistas, sendo identificados 809 publicações nas mesmas entre 2013 e 2023, totalizando um período de 11 anos. Foram identificados apenas 13 artigos sobre a temática da cultura, totalizando 1,6% dos trabalhos mapeados.

Dentre os 13 artigos identificados, 5 (38,4%) exploraram a cultura em uma relação direta com o Serviço Social, abordando tópicos como a atuação profissional, as diretrizes curriculares para a formação, as lutas sociais e a militância, temas que refletem uma preocupação em situar a cultura como um componente importante no desenvolvimento de uma prática profissional crítica e alinhada com a classe trabalhadora. Já os outros 08 (61,5%) ampliaram o foco para temas mais genéricos afeitos à relação cultura e sociedade, com algumas menções à profissão.

A revista com maior quantidade de trabalhos publicados sobre a temática cultural é a Temporalis, com o total de 06 publicações; em seguida tem-se a revista Libertas, com 03 artigos, e depois, as revistas Serviço Social e Sociedade; e Serviço Social em Perspectiva com

o total de 02 publicações cada. Esses dados, portanto, revelam o pouco tratamento teórico do tema no âmbito do Serviço Social. Ademais, observa-se um ritmo de publicação inconstante, dado que ao longo da década, dois anos concentraram o maior número de trabalho, sendo 2017 (com 5 artigos) e 2023 (com 4 artigos). A predominância das revistas *Temporalis* e *Libertas* na produção sobre cultura pode indicar, também, maior abertura editorial à publicação de pesquisas com o tema da cultura. Em suma, esse panorama revela a baixa aderência da temática nas revistas especializadas da área, chamando atenção para o fato de que a discussão sobre cultura não é nova e nem lateral na formação em Serviço Social, muito menos no campo das ciências sociais.

A revista *Temporalis* se destaca tanto pela quantidade de artigos sobre a temática cultural quanto pela profundidade da análise crítica empregada. Os trabalhos publicados, que totalizam seis, adotam um enfoque predominantemente marxista-crítico, que reflete sobre a cultura no Serviço Social com base em conceitos e autores como Karl Marx, Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho e Raymond Williams, com maior frequência. Nesse contexto, apresentam-se como alguns exemplos marcantes de conteúdos inseridos nos artigos: a discussão sobre a cultura popular enquanto elemento de resistência a exploração capitalista no cenário dependente (Borja, 2023); a importância das diretrizes curriculares no processo de reconhecimento da cultura enquanto elemento constitutivo da formação e da prática profissional (Kropf, 2020); a análise crítica da cultura pós-moderna e suas implicações ideológicas na profissão em contexto de crise capitalista (Junior, 2016); o debate do conceito de arte, e as suas potencialidades como um meio de expressão e resistência das classes subalternas nas lutas sociais (Castro, 2017), bem como sua compreensão enquanto ferramenta educativa essencial para a emancipação política e humana (Lopes, 2017); e, por fim, a reflexão sobre as formas dentre as quais o assistente social pode utilizar a mediação cultural e artística para promover uma prática profissional alinhada com o compromisso ético-político da profissão (Ford; Pedroso, 2023).

Na revista *Libertas*, foram identificados três artigos que abordam a cultura em estreita relação às determinações do capitalismo e às possibilidades de resistência no âmbito das práticas socioculturais. O artigo de Santos (2021), analisa o projeto “Funkeiros Cults” (Santos, 2021), uma iniciativa desenvolvida por jovens da periferia que promovem a popularização do conhecimento acadêmico por meio do funk. Esse projeto foi utilizado como metodologia alternativa que discutia a ideia de “intelectual orgânico” de Gramsci, demonstrando como as práticas culturais populares podem contribuir para a conscientização política da classe trabalhadora (Santos, 2021). Já a produção de Kropf (2018) discute a cultura na periferia do

capitalismo, a partir dos estudos de Raymond Williams, problematizando suas possibilidades e limites enquanto prática social atravessada pela lógica da valorização do valor, mas também potencialmente configurada como elemento de resistência à barbárie capitalista. No que se refere ao terceiro artigo, tem-se o trabalho de Vasconcellos (2016), que, ao retomar o conceito de indústria cultural desenvolvido por Theodor Adorno, analisa o papel do rádio e da música popular na sociedade capitalista monopolista, enfatizando os mecanismos de manipulação ideológica e de integração das massas promovidos pela cultura mercantilizada.

Observa-se, portanto, que os artigos publicados na revista *Libertas*, mantêm, portanto, uma abordagem teórica centrada no pensamento gramsciano e marxista, empregando a cultura em seu caráter revolucionário e de resistência à hegemonia. Diferentemente de abordagens centradas na formação profissional em Serviço Social, as publicações estendem suas reflexões para experiências concretas situadas na periferia do capitalismo, como iniciativas culturais autônomas, expressões musicais populares e processos de difusão crítica do conhecimento, de modo a ressaltar a relevância da cultura no processo de construção de uma consciência crítica, alinhada à luta de classes, à democratização do conhecimento e à militância social.

Já os dois artigos identificados na revista *Serviço Social e Sociedade*, tematizam a cultura em articulação com a questão social e a história do Serviço Social no Brasil. Maranhão (2014), destaca como o samba, enquanto prática cultural popular, funciona como ponto de encontro entre as lutas sociais e as definições de identidade, revelando os conflitos estruturais entre dominação cultural e resistência das classes trabalhadoras diante dos mecanismos de exclusão social e marginalização. Mota (2017), por sua vez, analisa o processo histórico de formação do Serviço Social brasileiro a partir de uma perspectiva crítica que reconhece a construção de uma cultura profissional voltada para o rompimento com práticas conservadoras, situando a cultura profissional como expressão de um projeto ético-político que busca vincular a práxis profissional às transformações sociais em direção à emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, na revista *Serviço Social em Perspectiva*, foram identificados dois artigos que abordam dimensões socioculturais articuladas às condições objetivas e subjetivas da vida social contemporânea. Um dos estudos analisa o impacto do projeto sociocultural Tambolelé (Bevacqua; Patrocino, 2023), voltado para a formação artística e identitária da juventude no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Esse projeto utiliza a música percussiva e os ritmos afromineiros para promover a educação e democratização cultural, e fortalecer a identidade racial e política dos participantes, contribuindo para a construção de uma consciência crítica (Bevacqua; Patrocino, 2023). Já Silva (2023), ao discutir os limites e possibilidades da

diversidade humana no Estado democrático burguês, fundamenta-se na ontologia do ser social e na crítica da economia política para analisar as determinações estruturais que condicionam a vivência da diversidade. Embora o artigo não tenha como foco central a cultura, ele dialoga com dimensões culturais ao problematizar como o Estado e as relações sociais capitalistas moldam subjetividades, restringem experiências sociais e reproduzem formas de violência e exclusão. Assim, o debate sobre diversidade humana incorpora mediações que atravessam a cultura enquanto dimensão constitutiva da sociabilidade.

Esse panorama evidencia que a abordagem da cultura, embora restrita do ponto de vista quantitativo, revela que existe um esforço de pesquisa na categoria que precisa de maior investimento teórico, que começa da graduação e se estende à pós-graduação, assegurando continuidades em trajetórias investigativas. Não à toa, se percebe que esses trabalhos publicados nas revistas acadêmicas não se tornam, por exemplo, bibliografia obrigatória nas disciplinas de graduação que tematizam a cultura.

Considerando esse esforço analítico empreendido na pesquisa de articular dados do levantamento de estado da arte e na pesquisa documental, apresenta-se os resultados da investigação em Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social de instituições de ensino públicas de Minas Gerais. Foram analisados as versões mais recentes dos seguintes projetos pedagógicos: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) — considerando todos os campi de Abaeté, Barbacena, Carangola, Cláudio, Divinópolis, Passos e Poços de Caldas — Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha (UFVJM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Através da pesquisa documental, foram localizadas 28 disciplinas, em todos os 14 projetos pedagógicos, que possuíam o termo cultura em sua descrição, onde 12 eram obrigatórias, 10 eletivas e 06 optativas/facultativas. Cabe estabelecer certa distinção entre as disciplinas, no que tange às obrigatórias, por exemplo, refletem uma preocupação institucional com os requisitos mínimos para formação de um profissional, conforme expressa o currículo mínimo do Ministério da Educação. Por outro lado, a oferta de disciplinas eletivas e optativas permite certa flexibilidade para os professores/as e estudantes aprofundarem temas específicos, mas pode indicar que, em algumas universidades, a abordagem da cultura não possui espaço de relevância no corpo de disciplinas obrigatórias.

Essa diversidade entre os tipos e o caráter dessas disciplinas sugere que, apesar do reconhecimento da importância da cultura, as universidades mineiras ainda divergem quanto à

profundidade e à obrigatoriedade com que tratam o tema, o que pode resultar em variações no preparo dos futuros assistentes sociais para lidar com a análise da realidade social quando se inserirem nos diversos espaços sócio-ocupacionais que atuam os/as assistentes sociais. Considera-se que apenas três cursos apresentam disciplinas obrigatórias sobre a temática da cultura, sendo a UFJF e a UEMG (cursos de Barbacena e Poços de Caldas). Os demais cursos inseriram a disciplina “Antropologia” ora como componente obrigatório ora como eletivo/optativo.

A disciplina “Subjetividade e cultura”, nos três cursos, possuem a mesma nomenclatura, aborda o mesmo conteúdo e utilizam algumas bibliografias básicas em comum para compreender como as dinâmicas culturais contemporâneas influenciam a construção das identidades individuais e coletivas, utilizando uma perspectiva crítica fundamentada no pensamento marxista. Essas bibliografias se expressam através das seguintes obras como “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação no trabalho” (Antunes, 2000), “Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional popular na era da globalização” (Bezerra, 2006) e “Cultura e Sociedade no Brasil” (Coutinho, 2011). Essas bibliografias, quando integradas à abordagem da disciplina “Subjetividade e Cultura”, tendem a proporcionar o desenvolvimento da ideia de que a cultura não se trata somente de um conjunto de práticas e valores, mas também um campo de batalha onde identidades são afirmadas ou negadas, e onde as estruturas de poder e as condições materiais de existência desempenham um papel crucial.

Além disso, pontuada sua presença em todas as instituições pesquisadas, é de suma importância enfatizar a disciplina Antropologia. Ela se manifesta como obrigatória nos cursos de Serviço Social da UEMG (Abaeté, Divinópolis, Cláudio, Barbacena, Poços de Caldas, Carangola e Passos), UFTM, UFVJM, UNIMONTES, UFV e UFU enquanto na UFJF e na UFOP é oferecida como disciplina eletiva. No entanto, ao contrário da disciplina “Subjetividade e Cultura”, a “Antropologia” apresenta variações significativas em termos de nomenclatura, ementa e, conseqüentemente, bibliografia básica entre as diferentes instituições, a variação nos enfoques referentes a disciplina tanto em conteúdo quanto em carga horária, refletindo as diferentes perspectivas institucionais sobre a importância dessa área para a formação em Serviço Social.

A disciplina antropologia possui 07 denominações distintas (Antropologia, Antropologia Cultural, Antropologia Social, Antropologia cultural e Serviço Social, Introdução

a Antropologia, Tópicos em Antropologia e Antropologia brasileira) e 09 ementas variadas.<sup>8</sup> Do ponto de vista da análise do ementário, nota-se convergência com os elementos que comparecem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, abordando, em geral, à compreensão das expressões culturais de diferentes grupos sociais e às particularidades regionais brasileiras e “a relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade” (Abepss, 1996, p. 16). No que se refere à bibliografia básica, possuem cerca de 15 variações de autores, sendo François Laplantine e Roque Laraia os mais recorrentes, sobretudo por meio das obras “Aprender antropologia” (Laplantine, 2005) e “Cultura: um conceito antropológico” (Laraia, 2003), indicando a predominância de referenciais clássicos da antropologia na sustentação teórica das disciplinas, em contraste com as disciplinas denominadas “Subjetividade e cultura”.

Tanto Laraia (2003) quanto Laplantine (2005) se aproximam do ponto de vista dos estudos antropológicos sobre cultura. Laraia (2003) destaca a cultura como uma construção social aprendida e transmitida, sublinhando que o comportamento humano é moldado pelas interações sociais, e não por determinismos biológicos ou ambientais. Para ele, a cultura abrange todo o conjunto de práticas, crenças e valores que os seres humanos adquirem ao longo de suas vidas, sendo esse aprendizado que diferencia a espécie humana. A diversidade cultural, portanto, surge dessa capacidade humana de criar soluções culturais adaptativas para diferentes contextos, resultando em uma variedade de modos de vida ao redor do mundo (Laraia, 2003). Laplantine (2005), por sua vez, aborda a cultura a partir de uma perspectiva antropológica que a enaltece como resultado de processos históricos e sociais contínuos, sendo atravessada por elementos dinâmicos e contraditórios enfatizando que a cultura deve ser entendida em sua totalidade, sem desconsiderar as tensões internas e as relações de poder que a atravessam.

Fica evidente que existe uma diferenciação estabelecida no tratamento da cultura nos cursos de graduação, onde três cursos expressam uma prevalência de uma interpretação marxista e o restante trabalha com recurso ao viés antropológico. Embora esta pesquisa não tenha se debruçado sobre os impactos destas duas perspectivas, é possível afirmar que a primeira abordagem encontra maior compatibilidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ao passo que possibilita maior interação com outros conteúdos e disciplinas trabalhados ao longo do curso de graduação. Pode, também, contribuir no esforço de qualificar a relação entre os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, do núcleo de

---

<sup>8</sup> É importante pontuar que foram mencionadas apenas 09 variações de ementa em decorrência da ausência do ementário das disciplinas eletivas na UFJF e na UFV.

fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Consoante com o percurso investigativo empreendido, em especial no quanto à revisão bibliográfica, também salienta-se a relevância do estudo da cultura a partir da perspectiva materialista histórica e dialética com a finalidade de estabelecer pontes entre o pensamento social brasileiro e a interpretação da cultura. Assim, o estudo da cultura, especialmente com ênfase nas particularidades da formação brasileira, permite a captura das contradições, tensões e potencialidades que particularizam o Brasil. Nesse sentido, é importante destacar que a cultura não apenas reflete os mecanismos de dominação, que se manifestaram ao longo dos distintos cenários sociais brasileiros, mas também reflete as estratégias de resistência dos diferentes grupos sociais presentes em cada período.

A partir dessa compreensão teórica, foi possível articular os dados coletados com os referenciais estudados sobre a formação cultural brasileira, evidenciando como os processos culturais se manifestam e se transformam à medida que as relações sociais se modificam. Dado a dinâmica da própria realidade social, no qual a cultura não é elemento dispensável, trata-se de um assunto relevante para a formação e o trabalho do assistente social.

O esforço de apreensão da cultura, em suas múltiplas expressões, pode oferecer ao profissional do Serviço Social a possibilidade de suspender a imediatividade do cotidiano, criando espaço para o exercício de uma reflexão crítica. Esse distanciamento do imediato é essencial para o desenvolvimento de uma perspectiva que transcende a rotina e permite uma análise conjuntural das dinâmicas sociais. Ao refletir através das diversas manifestações culturais, por exemplo, o assistente social não apenas enriquece sua compreensão da realidade social, mas também se reconhece como parte de uma categoria humana genérica. Essa auto identificação é fundamental para uma atuação profissional que busca integrar o particular ao universal, promovendo uma prática que compreende as especificidades individuais e coletivas dentro de um contexto sócio histórico mais amplo.

Assim sendo, refletir sobre cultura, bem como conhecer os bens culturais e suas manifestações nos territórios e espaços que o profissional atua, contribui para que o assistente social compreenda de modo mais amplo as demandas, as características da população usuária e do território.

Buscando estimular o debate na profissão, este artigo também contribui para estimular a produção na área, reconhecendo que a profissão pode e deve enfrentar o déficit que vigora no âmbito da produção acadêmica e, também, no tratamento da temática nos cursos de graduação. É notório que esta profissão, por se defrontar com inúmeras expressões da questão social e por

atuar em incontáveis espaços sócio-ocupacionais, tem o desafio de lidar com pesquisas e investigações que respondam mais objetivamente os desafios da intervenção, em especial a partir das demandas dos usuários no conjunto de políticas sociais. Esse aspecto pode impactar a escolha de determinados temas e, conseqüentemente, na exclusão de outros. Nesse contexto, a cultura, muitas vezes vista como algo intangível ou menos urgente, acaba sendo secundarizada tanto na formação quanto na produção acadêmica, de modo a contribuir com a baixa produção de estudos voltados à compreensão mais ampla das relações culturais nas práticas profissionais.

Outro fator a ser considerado é a própria estrutura curricular dos cursos de Serviço Social das universidades públicas mineiras. Como evidenciado na análise das disciplinas ofertadas, poucas instituições dão ênfase à cultura nas disciplinas obrigatórias, por isso, a falta de uma incorporação robusta e transversal do debate cultural nos currículos do Serviço Social pode limitar a produção acadêmica nesse campo, visto que os futuros profissionais e pesquisadores desenvolvem pouco contato com as implicações teóricas e práticas da cultura para o exercício profissional.

### **Considerações finais**

Em síntese, a análise empreendida neste estudo evidencia que a dimensão cultural ainda permanece como um aspecto com pouco tratamento no processo de formação profissional em Serviço Social nas universidades públicas de Minas Gerais, não obstante sua centralidade para a apreensão da totalidade da realidade social. Como demonstrado, apesar das recomendações explícitas contidas nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1999), a cultura ainda não figura como um eixo estruturante e transversal à formação, mas sim como um conteúdo periférico, ora fragmentado, ora restrito à disciplina de Antropologia ou a conteúdos optativos. Constata-se que, embora o ensino se oriente para o reconhecimento formal da relevância da cultura, ainda não ocorre a integração plena desta categoria, tomada como mediação imprescindível para a apreensão crítica da realidade social e do próprio conjunto de práticas sociais que incidem sobre o trabalho de assistentes sociais.

Tal constatação corrobora com a ideia de que a cultura precisa ser pensada para além de um objeto de estudo, se estendendo a um elemento constitutivo da prática profissional do assistente social e fazendo jus à práxis social. Assim, a ausência de uma abordagem robusta e crítica sobre a cultura nas matrizes curriculares impacta no desenvolvimento de um fazer profissional que inclua, de maneira articulada, as múltiplas determinações da vida social. Nesse sentido, o aprofundamento bibliográfico realizado no presente trabalho reafirma a importância

de se compreender a cultura sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, na esteira do que defendem Bezerra (2006) e Coutinho (2011), sendo, nessa perspectiva, concebida como expressão das relações materiais e das condições objetivas de existência, indissociável do processo de produção e reprodução da vida material. Portanto, uma categoria substancial para a formação crítica do assistente social, principalmente ao considerar as especificidades da formação social brasileira, marcada por um processo contraditório de miscigenação forçada, violência, aculturação e resistência, que conformou uma sociabilidade singular e complexa.

Conforme já sinalizado, a pesquisa revelou que há um incipiente tratamento do tema da cultura na formação profissional, quando se observa tanto a produção do conhecimento quanto os conteúdos inseridos na formação em nível de graduação. Para além do pouco número de trabalho encontrados, os trabalhos identificados resgatam a cultura como dimensão relevante à práxis profissional crítica, sinalizando sua potencialidade como instrumento de resistência à lógica hegemônica, todavia, esse potencial encontra-se restrito, pouco desenvolvido, revelando um campo aberto para aprofundamentos. Quanto aos currículos analisados, embora a cultura esteja formalmente contemplada nas matrizes, essa presença é pontual e fragmentária. Das 28 disciplinas que possuíam o termo “cultura” em sua descrição, apenas 12 eram de caráter obrigatório, e mesmo assim não trabalhavam a temática a fundo, apenas como item complementar. Tal configuração revela uma tendência à restrição do debate cultural a conteúdos acessórios, reforçando sua condição de tema secundário no processo formativo. Esses dados, portanto, confirmam a avaliação de Guimarães e Marques (2019) sobre a necessidade de um investimento teórico e metodológico consistente no enfrentamento das lacunas formativas que comprometem a apropriação crítica da cultura no Serviço Social.

Diante desse panorama, é possível afirmar que a inserção da dimensão cultural no processo acadêmico-formativo do assistente social nas universidades públicas mineiras permanece insuficientemente articulada com as exigências de uma formação crítica, totalizante e comprometida com o projeto ético-político da profissão. O desnivelamento entre a posição que a cultura ocupa na aproximação da análise das relações sociais e sua efetiva apropriação nos processos formativos é evidente. Por um lado, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS reafirmam a necessidade de integração da dimensão cultural como componente constitutivo da formação, por outro, as práticas curriculares das instituições analisadas revelam uma abordagem que, quando não relegada a conteúdos complementares, se limita a perspectivas antropológicas generalistas, desprovidas de uma articulação ontológica com a totalidade social.

Portanto, diante dos achados desta pesquisa indica-se que a superação deste quadro exige um esforço consciente por parte das instituições formadoras, no sentido de integrar a

cultura como eixo transversal e estruturante dos projetos pedagógicos. Para isso, é necessário fomentar a produção acadêmica que articule criticamente cultura, formação e intervenção profissional e, simultaneamente, consolidar práticas pedagógicas que reconheçam a cultura não apenas como objeto de estudo, mas como mediação imprescindível à apreensão crítica das expressões da questão social. Dessa forma, o espaço destinado à cultura na formação profissional, deve ser repensado a fim de potencializar o desenvolvimento de competências analítico-críticas que possibilitem ao assistente social apreender e intervir nas expressões da questão social de forma mais qualificada. Como aponta Teixeira (2019), o compromisso da formação deve ser embasado na unidade dos núcleos de fundamentação do Serviço Social, isso significa que a não neutralidade profissional é legítima podendo ser melhor alcançada e protegida através da incorporação da cultura como dimensão constitutiva da competência profissional e ético-política.

Por fim, reafirma-se que a cultura, na sua qualidade de mediação histórica e social, constitui uma ferramenta indispensável para que o Serviço Social resista à tendência de reproduzir práticas conservadoras, fragmentadas e irracionais, de modo a se afirmar como profissão explicitamente posicionada, crítica e articulada com os interesses da classe trabalhadora. Conforme assevera Netto (2005), cabe ao Serviço Social a defesa intransigente de uma práxis que supere o imediatismo e a superficialidade, orientando-se pela crítica radical da ordem social vigente e pela afirmação de projetos coletivos e emancipatórios, que sejam capazes de alcançarem a essência dos fenômenos.

## Referências

- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1966.
- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Brasília, 1999.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação no trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BEVACQUA, F.; PATROCINO, L. Ventanas para el arte, la identidad y el trabajo: la experiencia de tambolelê. *Serviço Social Em Perspectiva*, Montes Claros, v. 7, n.1, p.229-246, 2023.
- BEZERRA, C. S. Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- BEZERRA, C. S.; BRUZIGUESSI, B. Cultura, formação social e Serviço Social no Brasil: introdução ao debate. In: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (org.) *Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 179-198.
- BORJA, B. Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistências e incorporações. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 32-48, 2023.

- CASTRO, P. R. Uma reflexão sobre as contribuições da arte nas lutas sociais. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 567-587, 2017.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1992.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo/Curitiba: Contracorrente/ Kottter, 2020.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FORD, J. V; PEDROSO, G. J. T. Considerações benjaminianas sobre arte, cultura e Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 363-378, 2023.
- JÚNIOR, A. A. S. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 16, n. 31, p. 167-188, 2016.
- KROPF, P. Diretrizes curriculares e cultura: sobre formação e prática profissional. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 20, n. 40, p. 64-76, 2020.
- KROPF, P. Para pensar a cultura na periferia do capitalismo. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 27-52, 2018.
- LOPES, I. C. C. A mediação da arte no trabalho educativo do serviço social para a emancipação humana. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 17, n. 33, p. 61-74, 2017.
- SCHERER, G. A. Entre cores, tons, sons e cenários: o papel da arte como uma dimensão da vida humana no enfrentamento ao pensamento fetichizado. In: FERNANDES, I.; PRATES, J. C. (org.). *Diversidade e estética em Marx e Engels*. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2016. p. 51-70.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.
- GRUZINSKI, S. *O choque da conquista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUIMARÃES, M. C. R.; MARQUES, M. G. Movimentos sociais e Serviço Social: uma análise das publicações sobre o tema. *Temporalis*, Brasília (DF), v.19, n.38, p.24-36, 2019.
- MARANHÃO, C. Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a “questão social” e a questão cultural no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 593-595, 2014.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política - livro primeiro. O processo de produção do capital..* São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política: Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, p.39-53, 2017.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J. P; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PAULA, J. A. de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

- SANTOS, C.B.O. A arte como ferramenta de comunicação militante: um paralelo entre o projeto "Funkeiros Cults" e o pensamento gramsciano. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.21, n.1, p.149-159, 2021.
- SILVA, D. E. S. Estado e diversidade humana. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, v. 7, n. 2, p.238-254, 2023.
- SODRÉ, N. W. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.
- SODRÉ, N. W. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- TEIXEIRA, R. J. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- VASCONCELLOS, G. F. Theodor Adorno e a indústria cultural: o papel do rádio e da música popular na sociedade capitalista dos monopólios. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p.17-24, 2016.